



Ética e Direito: Uma Construção Pessoal/Profissional

João Paulo Dalpiva, Arlindo Alberton

RESUMO

O presente artigo tem como escopo abordar a ética no meio pessoal e profissional, razão pela qual o profissional do Direito que vai ingressar nas mais diversas carreiras jurídicas, deve estar ciente e comprometido com seus princípios. Os julgamentos que outrora a mídia transmite, dessa tamanha corrupção que assola o país, se faz necessário rever atitudes e orientar os homens para que a Lei seja cumprida e à justiça seja feita. Em suma, o caráter e o comportamento humano são construídos dentro da sociedade, ou seja, no seio familiar e nos juízos que cada ser humano tem para si, delineando no modo de ser e viver, cuja ética entra em jogo, como pertinácia de defendê-la pelo profissional do Direito! Tem-se como objetivo, conceituar ética e discutir a importância no contexto pessoal e profissional. Ademais, se elencou autores da literatura clássica que visam contribuir para seu esclarecimento e redimensionamento. Por fim, constata-se uma concepção ética de indivíduos que saibam utilizar os meios existentes e disponíveis para exercer o Direito sem artimanhas e obscuridades, tornando-se profissionais dignos e reconhecidos por mérito de suas atitudes, desde a simples atitude de devolver algo que não é seu por direito, porque é honesto, é ético!

Palavras-chave: Ética. Direito. Sociedade. Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A ética é uma virtude e está em todo lugar. É a base linear para qualquer profissão e no Direito não é diferente. Ser ético em tudo o que se faz é indispensável para exercer quaisquer profissões, desde o comportamento pessoal no dia a dia em sociedade ou na vida forense.

O profissional do Direito que irá ingressar nas mais diversas carreiras jurídicas, assim como àquele que já faz parte, deve estar ciente e comprometido com seus princípios. Ter sucesso, mas com merecimento. Honrar à profissão, independente de qual seja ela.

Há que se abordar uma breve síntese do que será discutido, iniciando por conceituar ética e conseqüentemente a sua importância no cenário atual, principalmente dos profissionais que exercem o Direito. Necessário pontuar a distinção de moral e ética, uma vez que a primeira possui regulação social e esta última, uma regulamentação legal. Para melhor delinear, relaciona-se os filósofos, visando contribuir e formar uma concepção ética.

Destarte, a competição que sobrepuja os valores, o dinheiro que faz brilhar aos olhos, o corolário esquecimento da ética é visível e o posicionamento ético da sociedade inclui comportamentos que dizem respeito à compreensão da dinâmica de mundo, àquela na qual acreditamos que as pequenas boas atitudes sejam vistas como regra e não apenas exceção, prevalecendo o caráter, o respeito e o instinto de fazer justiça às claras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MORAL

A relação entre moral e ética e suas diferenças, é imperiosa ser abordada, visto que ambas estão conjuntamente atreladas ao modo de viver em sociedade. A moral pode ser compreendida como a cultura e o modo de viver.



Certamente moral vem do latim *mos* ou *mores*, "costume" ou "costumes", no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem (VÁZQUEZ, 2011, p. 24).

Costumes que são adquiridos no núcleo familiar, hábitos que permanecem por longínquos tempos, comportamento e vivência que caracterizam o homem em sociedade com valores a serem respeitados.

Nota-se, até para se ter mais clara convicção, de que a ética é o modo de ser de um indivíduo, enquanto a moral o modo de viver. A ética vem antes, ela delimita o que o ser humano e através de suas ações que efetivamente realiza, vivendo em sociedade ou em grupo. Convém trazer à baila, o ser em si mesmo, o que se deseja agir da melhor forma possível, que determina comportamento, atos e ações humanas.

“Falar em moral é falar em deveres, e falar em ética é falar em busca de uma vida boa, ou se quiserem, de uma vida que vale a pena ser vivida” (LA TAILLE, 2006, p. 30). Basicamente, o próprio ser humano escolhe que vida quer viver, o que vale a pena construir, sempre em busca da felicidade.

Alguns deveres morais correspondem a exigências sociais, às vezes consagradas pelo Poder Judiciário. É, por exemplo, o caso das normas “não matar” e “não roubar”. Elas são justificadas moralmente (respeito à vida e à propriedade de outrem), e sua transgressão acarreta sanções penais (cadeia, multas). Outros deveres morais não encontram tradução jurídica, mas, mesmo assim, a obediência a eles é exigida socialmente (por exemplo, não trapacear no jogo, cumprir uma promessa) e a transgressão acarreta medidas de controle social privado, como a exclusão do transgressor do círculo de convívio ou a demissão do emprego sem justa causa (LA TAILLE, 2006, p. 34).

Por exemplo, uma conduta reprovável no âmbito da moral não teria uma punição pela Lei, visto que é um costume aceito por todos, que pode gerar uma reprovação naquele meio social.

Diferentemente da ética, que os atos refletem e tem impacto na sociedade, pois ocasionam uma punição. Um advogado no exercício de sua função, após ouvir a versão contada pelo seu cliente, repassa a mesma informação para colegas ou pessoas em geral. Além da conduta reprovável e antiética e de ter cometido uma infração, está ferindo o sigilo entre advogado e cliente passível de punição disciplinar.

Um ato moral – como, por exemplo, ajudar alguém que, sem poder defender-se, é impunemente agredido na rua; cumprir a promessa de devolver um empréstimo; denunciar a injustiça cometida contra um companheiro ou um amigo – é sempre um ato sujeito à sanção dos demais; isto é, passível de aprovação ou desaprovação, de acordo com as normas comumente aceitas. Nem todos os atos humanos podem receber semelhante qualificação (VÁZQUEZ, 2011, p. 75).

Nem se pode igualar todos os atos humanos assim. É digno de mérito quando alguém toma partido para ajudar o outro, quando cumpre fielmente suas obrigações, preceitos e une ideais para ser correto, justo e bom.

3 ÉTICA

3.1 ETIMOLOGIA



O pensamento ético está na vivência do dia a dia, nas ações que realizamos. Segundo Vázquez (2011, p. 24), etimologicamente, ética:

Vem do *ethos*, que significa analogamente "modo de ser" ou "caráter" enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originariamente, *ethos* e *mos*, "caráter" e "costume", assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito.

Nesse sentido, a ética está no cotidiano, ou seja, naquilo que se torna um hábito diário. O indivíduo modela sua percepção de realidade a partir do que ele vive. O modo de adquirir ou conquistar está ligado sobremaneira a vínculos que se estabelecem; e estes, estão atrelados ao modo de ser, considerando o bem, o certo e o justo.

O dicionário de filosofia estabelece duas acepções:

1ª- a que considera como ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem; 2ª- a que a considera como ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. A primeira fala a língua do ideal para o qual o homem se dirige por sua natureza, "essência". Já a segunda fala dos "motivos ou causas" da conduta humana, ou das "forças que a determinam, pretendendo ater-se ao conhecimento dos fatos (ABBAGNANO, 1998, p. 380).

E ainda, exemplificando, "é característica da concepção 1ª a noção de bem como realidade perfeita ou perfeição real, ao passo que na concepção 2ª encontra-se a noção de bem como objeto de apetição" (ABBAGNANO, 1998, p. 380).

É um tanto complexo essas acepções elencadas pelo autor, no entanto, delimita a ética do fim e do móvel. Ética do fim pode-se dizer que o homem nasce, vive e morre; a essência está no fato do homem ser racional, visto que toma suas próprias decisões. O meio em que vive, é que vai direcionando-o para o caminho do bem ou do mal, determinado pelas suas escolhas.

Com relação ao móvel, este está incluído no cotidiano, na forma que o ser humano busca o conhecimento na elucidação dos fatos e descobre a razão de entender e manter a espécie. Os motivos são variados, infinitos; estudar a conduta humana, como o ser realmente age e em busca do quê.

Nesse contexto, adentrando na seara do bem, que está relacionado em tela, observa-se um ponto interessante. A busca da felicidade é o fim e ao mesmo tempo o bem que todos almejam. Por outro lado, sobrepõe o desejo de viver bem, desejo este que se satisfaz com momentos não duradouros, apenas realizações passageiras.

"Assim também as coisas nobres e boas da vida só são conquistadas pelos que agem retamente" (ARISTÓTELES, 2002, p. 29), sem sombra de dúvidas. Seguir o caráter nos permite acoplar a busca da felicidade, fazendo o correto e sendo feliz.

No entanto, não parece ser simplesmente fácil, como não o é, mas agindo assim, tem grandes possibilidades. Neste sentido, o homem em sociedade regula suas ações para que não haja excessos. Aí surge a ética como moderador social, ou ainda, como regulador moral da sociedade, ou seja, em forma de norma, positivada ou não.

Demonstrado e discutido sobre estas características, inicia-se uma abordagem na margem filosófica, a fim de construir pensamentos éticos, além de compreender passos que delineiam para a vida do homem, com ênfase na formação pessoal e profissional, acerca da ética.



3.1.1. Platão – E a vida ideal pelo conhecimento

Em Platão, observa-se o foco nas ideias, no conhecimento, no belo, na ética e na alma, principalmente estas duas últimas. Aspectos do mundo sensível e mundo ideal.

A rigor, parte-se de um princípio antes de um enumerado de coisas, como uma espécie de dualismo que vai gerando novas definições. O mundo sensível paira sobre grande parte das pessoas, que estão presas nesse mundo e não percebem nada além de que os outros fazem. Já no mundo das ideias (inteligível), o ser humano expressa sua liberdade e o seu olhar para o mundo à sua volta.

Viver em um mundo “sendo guiados pelos outros”, nos dias atuais, é impossível, mas discutível, vez que cada um possui autonomia e independência de si, o que é mantido pelo espírito de alguns, ajudar o próximo. Algumas pessoas ainda têm essa mentalidade de enxergar apenas aquilo que está no outro, não acreditando no potencial próprio. O copiar é mais fácil do que inovar. Então, Platão nos direciona para um mundo das ideias, que é o mais apropriado; a liberdade de expressão é direito de qualquer cidadão, está prevista na Carta Magna, bem como um dos privilégios do regime democrático no Brasil.

Ser livre para escolher e para expressar opinião, é se apropriar e usar das ideias, mantendo o senso ético no cotidiano, para transformar o mundo. As ideias são ricas em conhecimento e colaboram para a evolução do país, unindo o particular ao coletivo, e assim, construindo e tomando decisões. Mas isso é causa para uma disputa em disparada pelo poder.

Para ilustrar a passagem dos graus inferiores de conhecimento aos superiores, Platão recorre ao célebre “mito da caverna”. O mito mostra que a passagem de um grau para o outro se dá muito lentamente e com grande esforço e que exige uma conversão, uma total mudança de mentalidade (MONDIN, 2003, p. 64).

Interessante reflexão pode-se ter com relação a esse mito. Pela vasta discussão sobre o tema, se faz necessário pincelar alguns traços. Suponha-se que no mundo de hoje houvesse uma caverna, e os seres ali estivessem e que tudo gire dentro desse lugar. Pode-se associar a prisão de pessoas por terem cometido crime e que presas dentro de um ergástulo público. É uma comparação curiosa, mas que não podemos olvidar.

Para exemplificar, o mito da caverna constitui-se de um grupo de pessoas que estavam presas, com seus braços, pés e pescoço atrelado a correntes. Certa vez, um deles conseguiu se soltar e teve contato com o mundo exterior; no primeiro momento o mesmo ficou abismado e assustado, mas aos poucos foi conhecendo e experimentando a nova vida. Contente, voltou e contou a seus companheiros as novidades, porém, estes não acreditaram e o acabaram matando-o. Nesse caso, a ignorância de aceitar ou mesmo acreditar é incontestável.

Agora, o que Platão denominou a caverna sendo os seres humanos e as correntes os insipientes, que pela falta de conhecimento, privam-se apenas a um mundo que por si só acreditam, por desinteresse, permanece em devaneios. O indivíduo que vai além do seu conhecimento, busca aprimorar as ideias, formar novas concepções, se liberta.

Questiona-se se estes também não agem por ignorância, que antes de ter se envolvido numa prática delituosa, ter buscado o conhecimento, para tentar mudar a realidade a sua volta. Poderiam surgir os valores, a educação, o convívio, entre outros.

Os valores estão corrompidos, desde o seio familiar, pois é na família que se constitui a formação da criança para a adolescência e a vida adulta. A realidade a qual ela vive é que poderá formar a sua personalidade, com um estudo aprofundado e acompanhamento. Ocorre que a ignorância se sobrepõe e isso é prejudicial. Um novo ponto que o autor refere-se é a alma e o corpo.

A ruptura introduzida por Platão entre conhecimento intelectual e conhecimento



sensitivo reflete-se na natureza mesma do homem, entre alma e corpo. Para Platão, o homem não é uma unidade substancial, mas accidental: essencialmente diversos, a alma e o corpo encontram-se juntos apenas provisoriamente, durante a vida presente (MONDIN, 2003, p. 67).

Em um momento da vida estes irão se separar, ao passo que um é mortal e o outro é imortal. A alma deve ser preservada, pois ela continua. A beleza de se ter uma alma pura, é de se ter feito o certo e perdoado a quem o machucou e ter sido justo, bom e feliz na vida.

“Os prazeres do corpo são muito transitórios, ao passo que os da alma são mais duradouros, o corpo com suas necessidades e suas paixões, impede a alma de adquirir a sabedoria” (MONDIN, 2003, p. 69). Nesse diapasão, pontua que as ideias de Justiça, de bondade, de ser pertencem à alma e é destas que devem manter-se. A verdadeira sabedoria está na alma, a partir do momento que entra em contato mundano, ela perde sua pureza.

Se submetemos o corpo a qualquer situação, envolvendo-se por amor, prazer, parafernália, injustiças, e desse modo, afetar a alma, é verossímil que o corpo torna-se um objeto qualquer, transformando-se num animal. Por outro lado, se preservada a alma sob todo e qualquer tipo de mal, esta permanecerá intacta e seguirá para o mundo superior.

Tudo está interligado, razão pela qual dar-se-á enfoque envolvendo a ética. “Toda a filosofia de Platão tem uma orientação ética: ela ensina o homem a desprezar os prazeres, as riquezas e as honras, a renunciar aos bens do corpo e deste mundo e a praticar a virtude” (MONDIN, 2003, p. 73).

É de se parar para pensar em tudo o que há de ruim, fosse desprezado, mas não é assim que funciona. O próprio ser humano tem um senso egoísta e se deixa levar pelas fantasias que direciona sua vida. A virtude é o verdadeiro significado, para se dar bem, fazer o bem.

Na terra vive-se uma vida passageira, que a vida verdadeira é no além. “E, no Hades a alma é julgada segundo os critérios da justiça e da injustiça, da temperança e da intemperança, da virtude e do vício” (MONDIN, 2003, p. 73).

Platão estabelece uma ponte de ligação para com o mundo do além. Enquanto na terra a alma está condicionada ao corpo, e que tudo o que se faz aqui, tem reflexos lá também. Escolher viver o bem e partir com a alma limpa acresce pontos positivos.

A sentença pode ser tríplice; se foi justo, ganhará um prêmio, será feliz; se foi injusto, ganhará um castigo e se foi injustiças curáveis ganharão um castigo temporariamente e depois poderá desfrutar de algum mérito.

Na atualidade, a Lei assegura à Justiça. As más condutas acarretam punições de quem infringe dentro de sua profissão, punível pelos códigos de conduta ética. O julgamento é com base na lei, sendo a lei embasada em ditames ideais/legais.

Pode ser difícil ser justo e enfrentar as dificuldades, mas é mais saboroso e é mais feliz do que aquele que é injusto e vive num mar de rosas. A virtude se encontra com o bem e a verdade sobre as ações realizadas.

3.1.2. Aristóteles – ética e justo-meio

Em um mundo conturbado, as virtudes aspiradas para o desenvolvimento social, por vezes, encontram-se escondidas. Neste sentido, Aristóteles oferece uma possibilidade de compreensão destes espaços de relação e define a sociedade a partir da ética atrelada à justiça para o desenvolvimento da virtude. O justo-meio é uma das chaves para trazer à tona essa discussão. É o chamado equilíbrio entre o excesso e a falta.

A virtude pousaria neste meio como um ponto de equilíbrio ou equidade entre estas duas potências sociais. De alguma forma, mesmo sendo difícil, há que se pensar nas consequências. Por exemplo, tomar coragem é o ideal para enfrentar muitas situações, ao passo que pode-se determinar também a covardia e a temeridade como efeito colateral desta



virtude social.

A virtude é um meio-termo, em que sentido devemos entender esta expressão, e que é um meio-termo entre dois vícios, um dos quais envolve excesso e o outro falta, e isso porque a natureza da virtude é visar à mediania nas paixões e nos atos (ARISTÓTELES, 2002, p. 54).

Tudo o que faz falta, falta! O que têm de excesso é prejudicial, há que se rever e retirar aquilo que não interessa. Chegar ao ponto do justo-meio é como se fosse à perfeição, ou melhor, é visto como um meio termo, que está entre o início e o final de uma ponte. É possível, neste caso, determinar o justo-meio como o aporte para a construção da vida social e pessoal, sem, no entanto, desagregar estas duas esferas.

Lança-se o olhar para os prazeres da vida que nos levam ao paraíso, porém, estes são temporários, passageiros. O gosto pelo esforço é árduo, é demorado e pode ser bem aproveitado. A felicidade pode ser somente por prazer, mas a busca pela felicidade é a verdadeira razão de ser feliz. Cada vez que nos apegamos aos prazeres, nos afastamos do justo-meio.

A felicidade consiste na plena realização das próprias capacidades. Partindo deste princípio, Aristóteles demonstra que a felicidade do homem não pode consistir nas riquezas, nem nas honrarias, nem nos prazeres, porque nenhuma dessas coisas representa a plena realização das capacidades humanas (MONDIN, 2003, p. 101).

Numa sociedade do espetáculo e do consumo, os excessos são deduzidos como virtude. A regulação desta abordagem depende da formação do sujeito social e os interesses que o motivam. Profissionalmente estes excessos serão algo rotineiro e farão parte do cotidiano, dando ares por vezes de normalidade àquilo que distancia o cidadão da conduta social desejada.

Dos que proporcionam prazer às pessoas com as quais convivem, os que procuram ser agradáveis sem nenhum objetivo ulterior, são obsequiosos, mas os que agem assim com o propósito de obter alguma vantagem em dinheiro ou nas coisas que o dinheiro pode comprar são aduladores (ARISTÓTELES, 2002, p. 98).

Evidente, que se corta um caminho pouco confiável e a essência se perde. Se não houver esforço, não tem graça. Qual a razão de se ter uma postura ética em determinada ação? Volta-se para o fato de que o impacto de se buscar a justiça pelos meios corretos ou de se burlar etapas e sujar a imagem porque optou por um modo mais fácil.

“A lei nos manda a praticar todas as virtudes e nos proíbe de praticar qualquer vício, e o que tende a produzir a virtude como um todo são aqueles atos prescritos pela lei visando à educação para o bem comum” (ARISTÓTELES, 2002, p. 107).

3.1.3. Santo Agostinho – e a providência divina

Adentra-se na ética de Santo Agostinho. Inicialmente, “deve-se ater o fato de que a felicidade depende inteiramente de um fator extramundano, a saber, a Providência Divina” (BITTAR, 2017, p. 238). Deus é o centro de sua concepção filosófica.

Nesse ínterim, continua:

A vida humana, no lugar de se voltar para o crescente envolvimento com Deus, representa um desfile de atitudes que provam concretamente a ignorância das leis eternas (anarquias, guerras, roubos, assassinios, latrocínios, desmandos, autoritarismos, pilhagem, banditismo...). Agostinho vê nesse estado de



transitoriedade, nesse conjunto disperso de eventos irracionais, um desprezo de Deus (BITTAR, 2017, p. 238).

Acontece isto na prática hoje em dia (Juízo de valor). A ignorância que atinge boa parte das pessoas, afastando-as do caminho de Deus, ao passo que sem Deus, a vida torna-se vazia e tudo o que é mal, do inimigo, toma conta deste mundo. Deus é o pai da criação e tudo o que está neste mundo é terreno.

O desejo de corrupção, diga-se de passagem, um desejo porque quanto mais se vê perto do dinheiro maior é o desejo de se apoderar dele, elevando-se diante da situação aventada, tanto é que o país vive momentos de tensão extrema, desvios bilionários que não afetam uma classe, um grupo, mas a sociedade por inteira, caracterizada como cidade dos homens (dos pecados). Se dá em razão ainda, que desobedecendo Deus, é o que o mundo se torna um caos.

Em contrapartida, levando-se em conta as diferenças, é que Agostinho atribui à cidade de Deus (das virtudes). “A tranquilidade da ordem, a unidade de todos em Deus, é o que predomina na construção da paz do todo. E ordem não quer dizer nada além de que a cada um o que é seu” (BITTAR, 2017, p. 241-242).

Analisando, não se coaduna com a realidade, devido às grandes mudanças que se enfrenta. O egoísmo do ser humano em pensar somente em si prejudica os demais. A vida e morte estão estampadas, enquanto neste mundo está sujeito a morte, o céu terá a vida eterna.

Exsurge a ideia de que a justiça consiste em dar a cada um o que é seu (*suum cuique tribuere*). Essa virtude que sabe atribuir a cada um o que é seu é uma virtude que coordena interesses e vontades, estabelecendo a ordem. Não há república sem ordem, não há ordem sem direito, não há direito sem justiça (BITTAR, 2017, p. 243).

A máxima é discutível. Sem ordem, a bagunça está formada. A palavra ordem está escrita inclusive, no símbolo da bandeira do Brasil. Essa previsão é atrelada ao Direito, para que se possa exercer a garantia, à Lei e por sua vez, à ordem, mas nada adianta se não houver justiça. Os ideais de justiça, a efetiva eficiência e execução do Direito, bem como manter a relação entre os homens.

Por outro viés, Agostinho aborda sobre o livre-arbítrio, permitindo decidir atuar pela própria vontade, podendo contrariar ou não a lei divina.

O destino não é dado a cada um, mas por cada um construído de acordo com suas obras. É assim que o Julgamento da alma se fará de acordo com suas obras, de acordo com o que cada um faz ou fez, a partir do exercício de seu próprio livre-arbítrio (BITTAR, 2017, p. 246).

Recai a relação do bem e do mal, na capacidade de distinguir o que cada um pode acarretar, pois ambos existem, e cabe a cada um fazer a escolha de qual caminho escolher, lembrando-se de que será julgado pelo que cometer.

Na concepção agostiniana, adota-se a lei divina como orientação. O homem tem que descobrir-se e conhecer-se para entender e encontrar a verdade. Preceito de que, *in interiore homines habitat veritas* (no homem interior habita a verdade).

3.1.4. Maquiavel – separação entre ética e política

Alguns traços e estudos apontam que a política afasta-se da ética, principalmente na sua obra intitulada O Príncipe, mas que não se tornará evidente, visto que é praticamente impossível separar uma da outra, mediante o contexto atual.



Nas repúblicas é maior a vida, maior o ódio, há mais desejo de vingança; não se deixa nem se pode deixar repousar a memória da antiga liberdade: de forma que o modo mais seguro de mantê-las é arruiná-las ou habitá-las (MAQUIAVEL, 2013, p. 26).

O reinado está sobre o domínio do Príncipe, ele deve manter sob qualquer meio evitando a ruína ou até mesmo que o povo tome seu lugar, de modo algum pode-se exercer a liberdade, somente ao comando do Príncipe.

Tudo caminha para a verdade das coisas, do dever ser e do ser, “ser (as coisas como elas efetivamente são) e dever ser (as coisas como deveriam ser para se conformarem aos valores morais)” (REALE, 2003, p. 127). Do ponto de vista do italiano, o príncipe não poderia fiar-se em atitudes éticas, se isso viesse a comprometer seu principado, por essa razão devia ser amado e temido ao mesmo tempo, e caso tivesse que escolher, seria por esta última.

Um príncipe deve, portanto, não ter outro objetivo nem outro pensamento nem relevar coisa alguma para sua arte senão a disciplina e os ordenamentos relativos à guerra, porque esta é a única arte que se espera de quem comanda; e é coisa de tanta virtù, que não somente mantém aqueles que nasceram príncipes, como muitas vezes permite que pessoas privadas tornem-se príncipes; e, por outro lado, vê-se que os príncipes, quando têm pensado nas delicadezas do que nas armas, têm perdido os seus Estados (MAQUIAVEL, 2013, p. 65).

Nesse sentido o Estado pode praticar o uso da força, bem como qualquer tipo de violência, seja para o povo, sem para os Estados vizinhos. Ele tem poderio em suas mãos para fazer o que bem entender, exercitando o que considera como virtude, não necessitando dos outros, pois tem força e imensurável reputação, o que o leva a não ser bom.

Em si mesmo, o homem não é bom nem mau, mas, de fato, tende a ser mau. Conseqüentemente, o político não deve confiar no aspecto positivo do homem, mas sim constatar o seu aspecto negativo e agir em conseqüência disso. Assim, não hesitará em ser temido e a tomar as medidas necessárias para tornar-se temível (MAQUIAVEL *apud* REALE, 2003, p. 129).

Fazendo uma analogia com o principado e o governo da atual conjectura, o conflito está presente. Um representante do povo, eleito democraticamente, íntegro tem o dever de cumprir com os deveres e exercer a função para a qual fora eleito. Ocorre que, isso está sendo burlado, não diz a verdade e depois é alvo de investigação, tudo por corrupção!

Por outro lado, “precisa, portanto, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para atemorizar os lobos” (MAQUIAVEL, 2013, p. 78). Nessa linha, o príncipe era forte como um leão concomitante com a raposa, ladina e dissimulada.

Nessa distinção, entre política X ética, recai a famosa máxima “os fins justificam os meios”. O fim refere-se ao poder, que pode-se utilizar de diversos meios como matar, visando atingir o objetivo, justificando que é para o bem do povo.

Desta feita, sempre haverá dúvidas com relação aos governantes sempre que não justificarem o motivo que os levaram a tomar tal decisão, que seja legítima, e favorável ao povo. Da mesma forma, é nula a decisão de um juiz que não fundamenta sua sentença. Ao passo que o Advogado não convence ninguém, sem os meios de provas necessários e os argumentos indispensáveis para a sua defesa.

O que se vê, é que a política é de gente grande, e todo assunto envolvendo-a é motivo de polêmica. Que a justiça seja feita e que a honestidade volte à tona.

Não ignoro que muitos têm tido e têm, opinião de que as coisas do mundo seriam



governadas pela fortuna e por Deus, de modo que os homens, com a sua prudência, não poderiam corrigi-las, pelo que não haveria remédio algum; por isso concluem que não seria o caso de se cansar muito com as coisas, mas se deixar governar pela sorte. Essa opinião é ainda mais aceita em nosso tempo, pela grande variação das coisas que se têm visto e se vê a cada dia, muito além da própria conjectura humana. No entanto, para que o nosso livre-arbítrio não seja apagado, julgo poder ser verdadeiro que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que também ela nos deixe governar a outra metade ou quase (MAQUIAVEL, 2013, p. 111).

Veja-se que a riqueza, o dinheiro ainda é o que move a vida de muitos seres humanos, arregala-se os olhos como princípio supremo de sobrevivência. Mas nem tudo o dinheiro pode comprar, por exemplo, a amizade, a honestidade. Há que se mudar essa realidade, inserindo e revendo os valores de época e de família, equilibrando estas características. O dinheiro é necessário, Deus é a razão da existência, o livre-arbítrio possibilita escolher e a ética é a chave.

3.1.5. Thomas Hobbes – o estado como ética

Um dos absolutistas de mão cheia, famoso por sua obra *O Leviatã*, cuja intitulação remete a algumas passagens na bíblia, que está em Jó, representando um monstro em forma de crocodilo. Vejamos: “Amaldiçoem-na aqueles que amaldiçoaram os dias, aqueles que são hábeis para evocar Leviatã!” (Jó 3:8).

Apresenta-se como inimigo de Deus e aliado do diabo, que recai sobre o soberbo, que por sua vez junta-se a ignorância. Mais uma vez, esta última está sobre a face da terra e sobre os homens, que são fracos e que utilizam-se dizer estar bem quando não está nada bem, soando negação perante Deus, e possuído pelo mal.

Bem é aquilo ao qual tendemos e mal aquilo do qual fugimos. Mas, como alguns homens desejam algumas coisas e outros não e como alguns fogem de algumas coisas e outros não, daí decorre que bens e males são relativos. Não se pode dizer sequer de Deus que seja o bem em absoluto, porque Deus é bom para todos os que invocam o seu nome, mas não para os que blasfemam o seu nome (HOBBS *apud* REALE, 2003, p. 494).

Nessa relatividade, não podemos julgar de fato, que tudo é absoluto, pois o bem e o mal são avaliados sob o pensamento de cada homem individualmente. Assim, cada qual é punido pelo ato que cometeu, pelo caminho que optou. Analisando o contexto de Deus, ele não faz distinção entre quem pratica o bem e o mal, porém, alerta de que o mal pode levá-lo a escuridão sem fim ou ao eterno de chamas, que cada um terá seu “castigo” aqui ou no além, pelo que faz em vida nesta terra.

Esse agir decorre ainda, para Hobbes, no aspecto da natureza para a sobrevivência:

O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam de *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e a razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim. (HOBBS *apud* ARAÚJO; LUNA, s.a., p. 3).

O individualismo de cada ser era de fazer o que bem entenderia, pois não havia regras, nem leis, e se fosse preciso atentar contra outro da mesma espécie para sua sobrevivência, a medida é certa. Eis que Hobbes preleciona que o homem é o lobo do homem.

O primeiro aos concidadãos, o segundo em relação aos Estados. No primeiro caso, chega a assemelhar-se a Deus pela justiça e pela caridade, as virtudes da paz. No



segundo caso, por causa da insolência dos maus, também os bons, se quiserem se defender têm de recorrer à força e ao engano, às virtudes da guerra, isto é, a ferocidade das bestas. E, embora os homens se censurem mutuamente essa ferocidade, porque, por costume inato, consideram suas próprias ações, nos outros, como se estivessem refletidas num espelho, trocando a esquerda pela direita e a direita pela esquerda, entretanto não pode ser vício o que é direito natural, derivado da necessidade da própria conservação (REALE, 2003, p. 496).

A beira do caos está intrínseca, porque leva o homem a perder o bem mais precioso que é a vida, podendo perdê-la a qualquer momento pela morte. Aí aparece o Estado com o agente mundano para regular a violência da natureza humana em troca da sua liberdade. Em outras palavras, o homem abre mão da liberdade, outorgada ao Estado, em troca da sobrevivência e da segurança social.

Uma lei da natureza (*Lex naturalis*) é o preceito ou regra geral, descoberta pela razão, que veta ao homem fazer o que é lesivo à sua vida ou que lhe tolhe os meios para preservá-la e omitir o que ele pensa que sua vida possa ser mais bem preservada (HOBBES *apud* REALE, 2003, p. 497).

Traz à tona os valores em si, para que cada homem saiba descobri-lo e compreendê-lo. Em síntese, uma rápida passagem por três leis de Hobbes, das dezenove que enfatiza em sua obra *O Leviatã*. A primeira, pela busca constante da paz. A segunda, portanto, “tudo o que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles” (Mateus 7:12), nos contrapõe a máxima que Jesus Cristo já havia pronunciado, outrora escrita por Confúcio “Não faça aos outros o que você não quer que seja feito a você”, remetendo-se ao bem do semelhante. E a terceira, cumpra-se com os pactos feitos, o qual nasce à justiça (mantendo) e a injustiça (violando).

Neste pensamento é que os homens estabelecem um acordo, os quais deixa-se o soberano governar, e ambos devem cumpri-lo. Todo poderio se encontra nas mãos de um só e este deve proporcionar as condições de sobrevivência na sociedade, representando a vontade geral.

3.1.6. Baruch Spinoza – da natureza à razão divina

Também pode ser chamado de Bento de Espinoza, com foco predominante em Deus, adentra na questão do bem como sendo útil e do mal como inútil, a busca pela verdade e a obediência. Perspicaz, remete uma nova roupagem à ética. “O que se percebe desde já é que a ética, nesse sistema de ideias, é uma manifestação de Deus, e dele parte, como realização de sua própria natureza” (BITTAR, 2017, p. 257). O pensamento central está em Deus, para que o homem possa conduzir-se. Dessa maneira,

A proposta ética espinosana é realçar o potencial interno e racional que possui o homem para o controle das paixões, que desgovernam, e para o encaminhamento humano em direção à beatitude, à virtude suprema. Isso porque o homem no desgoverno das paixões é um homem servil; o homem no governo de si pela razão é um homem capaz de domínio de si (BITTAR, 2017, p. 262).

Faz com que o homem reflita a despeito de seus atos, levando-o para dois caminhos distintos, um repleto de suas paixões e o outro para a felicidade, fazendo a distinção de que o primeiro é incontrolável e baseia-se nos outros como forma de satisfação, conquanto a busca para a felicidade renova, tendo total conhecimento de si. “O verdadeiro que se busca para dele desfrutar e em cujo desfrutamento realiza-se o cumprimento e a perfeição da existência e, portanto, a felicidade” (REALE, 2003, p. 408).

Desse modo, adentra o bem e o mau:



O que se quer dizer é que, se nada é realmente bom ou mau por si, mas é feito mau ou bom conforme a avaliação subjetiva dos indivíduos, em verdade, deve-se dizer, é o conhecimento que define se aquela experiência ou aquela coisa é boa ou má (BITTAR, 2017, p. 265).

Tudo depende da compreensão do homem sobre o bom e o mau, o que caracteriza a alegria e a tristeza, vivenciando-o na prática. Essa diferenciação é experimentada no dia a dia, em que o ser humano esteja afetivamente num estado triste ou feliz.

Por exemplo, concernente ao prazer, escreve:

O prazer dos sentidos, por exemplo, toma de tal forma o espírito que este nele repousa como em um bem, ficando inteiramente impedido de pensar em outra coisa; mas, depois do desfrute, vem grande tristeza, a tal ponto que a mente, se também não houver sido tomada, permanece perturbada e aparvalhada (SPINOZA *apud* REALE, 2003, p. 409).

A partir do momento que o prazer é instantâneo, bate aquela tristeza e atormenta a vida de qualquer homem, mas quando se refere ao bem, este permanece como se estivesse intacto. Há que estabelecer um limite entre a busca do prazer (cobiça) e a maneira para se viver (bem). “Vale para Spinoza o célebre ditado: Dize-me o Deus que tens e te direi quem és” (SPINOZA *apud* REALE, 2003, p. 411). Quanto mais teres coisas mundanas, mas afasta-se do centro de Deus, pois o estado de natureza é baseado no egoísmo. Portanto,

As coisas são avaliadas, no campo da ética, ou como boas, ou como más, ou como indiferentes, nem boas nem más. Conforme essa avaliação é que serão evitadas ou perseguidas, de modo que aquilo que é causa de tristeza, e que diminui uma capacidade de realizar algo, será afastada, enquanto aquilo que é causa de alegria, dará origem à aproximação, à afinidade, à busca, à perseguição (BITTAR, 2017, p. 267).

Evidenciada alegria, busca-se cada vez pela mesma, enquanto o que entristece, visa afastar do cotidiano. Assim, se fazer o certo e isso proporcionar alegria, será remetido incansáveis vezes. Porém, caso fazer o errado apenas por prazer ou para se vangloriar, nada acrescenta e nada contribui para evoluir nesse aspecto, refletindo no modo de pensar.

E se não soubéssemos por experiência que nós fazemos muitas coisas das quais depois nos arrependemos e que freqüentemente, ou seja, quando estamos agitados por afetos contrários, vemos o melhor e seguimos o pior, nada nos impediria (...) de acreditar que fazemos tudo livremente. Assim, a criança crê gostar livremente de leite, o jovem enraivecido, de querer a vingança e o tímido a fuga. Da mesma forma, o ébrio crê estar dizendo por livre decreto de sua mente aquilo que depois, quando sóbrio, gostaria de ter calado (SPINOZA *apud* REALE, 2003, p. 428-429).

É interessante a reflexão! A ação praticada é deveras da própria consciência já formada, e que mesmo assim, investiu-se no erro, atirando-se ao acaso. Quanto mais o homem tem o desejo e se esforça para ser bom e seguir ser racional, torna-se virtuoso.

Ser virtuoso é agir de conformidade com o que a razão prescreve; ser virtuoso é agir a favor da manutenção da sociedade e não de sua desagregação. Porém, para além disso, há que se dizer que aquele que tem por móvel de sua ação o medo (de ser punido, de ser repreendido, de ser sancionado...), não age eticamente, mas sim por força de um temor. Aquele que se guia eticamente, se guia livremente de acordo com a sua orientação racional. Evitar o mal por medo não é busca do bem racionalmente, mas passionalmente (BITTAR, 2017, p. 270).



Tudo está ligado nesse diapasão do bem para o mal; esse temor também se refere a Deus, de cometer pecado, de violar os seus mandamentos e assim por diante. Nessa linha, chegamos ao ponto crucial, no qual a essência está em Deus, fato este conectado a obediência, o bem que se pratica, principalmente o amor para com o próximo, inundando com este, os corações humanos.

A máxima satisfação da alma só pode surgir como desdobramento de uma espécie de conhecimento. E isso reside no ato racional de conhecer a Deus. Esse é o maior benefício humano a ser almejado, e, sem dúvida alguma, é a melhor forma de se alcançar a máxima alegria e o melhor estado de ânimo (BITTAR, 2017, p. 274).

O caminho ético é o caminho direcionado a Deus; encontrando-se com a virtude o caminho para a felicidade. Isso se dá também, pela liberdade do ser humano, permitindo-o a conservação de um todo. Há neste caso, um direcionamento para o padrão moral da consciência dos atos praticados a partir do referencial divino, em outras palavras, a ética é o conhecimento racional dos desígnios de Deus.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada foi documental e bibliográfica, utilizando-se do método dedutivo. “Estabelecer uma formulação geral e, em seguida, buscar as partes do fenômeno de modo a sustentar a formulação geral: este é o denominado método dedutivo” (PASOLD, 2015, p. 91). Outrossim, desenvolveu-se por meio de leituras e fichamentos de livros, além de consultas a artigos atinente ao tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moral está inserida no meio social, na sociedade, nas normas que se criam e se seguem por determinado povo, os costumes e os atos são estabelecidos como regras de convivência e condicionados a reprovação caso descumpridos. A ética aparece com os ditames legais, ou seja, com os códigos, ensejando a regulamentação do comportamento humano frente à sociedade, como uma espécie de investigar e aprimorar a busca pelo conhecimento, perpassando por todos os meios que estudamos: à virtude, à felicidade, à obediência, o equilíbrio, o bem, o respeito, afastando o oposto destes, tendo como fins o Direito (Justiça) e a Divindade (Deus). Por fim, a ética impacta na vivência, na forma como os profissionais usam e abusam do direito. E como faz falta a confiabilidade nos tempos modernos, pois as atitudes são postas em xeque. É tão louvável levar uma vida ética, mas é tão deprimente observar em pessoas que o dinheiro as corrompe, o poder alucina e a política torna-se uma ameaça!

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARAUJO, Bernardo Goytacases de; LUNA, Sérgio. Duas concepções da Filosofia Política Moderna: Hobbes e Locke. Versão Digital. s.a., p. 3. Disponível em:
<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/DCFPMHL.pdf>. Acesso em 13/06/2018.

ARISTÓTELES, tradução de Pietro Nassetti. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2002.



BÍBLIA CATÓLICA ONLINE. Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/>. Acesso em 10/06/2018.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CONFÚCIO, disponível em: https://www.pensador.com/nao_faca_com_os_outros/. Acesso em 12/06/2018.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e Ética: Dimensões intelectuais e afetivas**. São Paulo: Artmed S.A., 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes de Bolso, 2013.

MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia**. Revisão de João Bosco de Lavor Medeiros. 12. ed. vol. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

MONDIN, Battista. **Introdução à Filosofia**. 14. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática**. 13. ed. Florianópolis/SC: Conceito, 2015.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. 6. ed. vol. 2. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. 6. ed. vol. 3. São Paulo: Paulus, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.